



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e vinte e um, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 003/2021, datado de 23 de setembro de 2021 realizada no dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020 e ao Ato da Mesa nº 027, de 27 de maio de 2020, a Audiência Pública aconteceu de forma semi remota, onde alguns Vereadores estiveram presentes na Casa e outros acessaram a sala de conferência, e a Audiência Pública foi transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho; também presentes os senhores: Fernando Moraes, Elisanita Moraes, Sissi Roque, Tais S.Leite, Delma Paz, Valdir Antonio Parisi, Pedro Antonio Ribeiro. O Senhor Erivelton Marcos Proêncio, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, presidiu a Audiência, e convidou os srs: Vereador Francisco de Souza Campos, Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Finanças e Fernando Moraes Diretor do Departamento Municipal de Contabilidade, para comporem a Mesa, auxiliando nos trabalhos. A seguir, o senhor presidente cumprimentou a todos, dizendo que estavam ali reunidos para fazer a pauta da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, realizada em vinte e um de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal; disse que tendo em vista o período de pandemia e de emergência em saúde pública que estavam vivendo, por conta do Coronavírus e também através do Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal através do [facebook.com/camarajaguariuna](https://www.facebook.com/camarajaguariuna) e do [youtube.com/camarajaguariuna](https://www.youtube.com/camarajaguariuna) e a participação da população se daria através do email: [imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br](mailto:imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br).; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência Pública. A Senhora Secretária cumprimentou a todos e disse que estava com problemas pessoais que a impediriam de falar muito, portanto, o senhor Diretor Fernando faria as demonstrações das Receitas previstas em 2021 e as



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

realizadas até o segundo quadrimestre de 2021, mas ela responderia a todas as perguntas que houvesse naquela Audiência. Em seguida, o senhor Diretor Fernando cumprimentou a todos, dando início às seguintes apresentações gráficas. 1) Demonstração das Receitas previstas em 2021 e as realizadas até o quadrimestre; 2) Demonstração gráfica com os percentuais de cada receita; 3) Arrecadação mensal e deduções do ICMS até o quadrimestre; 4) Apresentação das despesas previstas para o exercício e as despesas empenhadas e liquidadas até o quadrimestre; 5) Demonstração gráfica com os percentuais de cada despesa por grupo; 6) Saldo dos restos a pagar desmembrado por exercícios; 7) Demonstração gráfica dos restos a pagar por exercício; 8) Saldo da dívida consolidada no 1º e 2º quadrimestre; 9) Detalhamento do saldo da dívida consolidada no quadrimestre; 10) Demonstração da Receita Corrente Líquida até quadrimestre; 11) Despesas com pessoal, inclusive o percentual gasto até o quadrimestre; 12) Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais, desmembrados entre os impostos municipais, transferências da união e transferências do estado; 13) Aplicação na Educação com Recursos do Tesouro, demonstrando inclusive aplicação acima do mínimo constitucional exigido; 14) Aplicação no FUNDEB, demonstrando o valor liquidado até o momento; 15) Arrecadação mensal das receitas do FUNDEB; 16) Aplicação na Saúde com Recursos do Tesouro, Auxílios e Transferência, inclusive os valores repassados à ASAMAS (hospital), demonstrando aplicação acima do mínimo constitucional exigido. A seguir, o senhor presidente abriu a palavra por cinco minutos, para que os vereadores pudessem fazer uso, tendo a senhora Secretária de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e trélicas; em seguida, fez uso da palavra o senhor Francisco de Souza Campos que cumprimentou a todos, agradecendo a apresentação do senhor Fernando àquela Audiência e a presença de todos; disse que analisando viu que a prefeitura tinha um resultado superavitário de quase trinta e dois milhões e quinhentos mil reais e restos a pagar em torno de sessenta e cinco milhões; perguntou se aquele restos a pagar poderia comprometer o resultado do exercício de dois mil e vinte e um; a senhora Secretária disse que restos a pagar era quando encerava um exercício e ele passava para outro exercício e naquele caso o vereador falava da execução orçamentária e que nos valores empenhados estavam todos os contratos empenhados na sua totalidade e a arrecadação do Município era mensal e o valor empenhado era a garantia da pessoa receber; a senhora Secretária citou diversos exemplo de valores empenhados, valores pagos e respondeu ao senhor Francisco de que o ano iria fechar no azul, com certeza; disse que o resultado de janeiro a agosto era de trezentos e vinte e dois bilhões seiscentos e setenta e três mil, as despesas liquidadas duzentos e oitenta e seis,



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

oitocentos e oitenta e três mil, os valores repassados para a Câmara de três milhões, seiscentos e setenta, computados os duzentos e cinquenta mil que a Câmara devolveu e tinha um resultado de trinta e dois milhões, seiscentos e dezenove mil, nove virgula noventa e cinco por cento, e o valor não iria comprometer o Orçamento; a seguir, o senhor presidente perguntou sobre a transferência da União que somavam quase vinte e sete milhões e poucos e quis saber quais eram as principais fontes de recursos que estavam incluídos naqueles vinte e sete milhões, que eram transferências da União; a senhora Secretária disse que eram o FPM, IPR, ICMS, IPVA e o FUNDEB não entrava como transferência da União e aplicação, porque era computado a parte; ele fazia parte das transferências correntes mas, não da transferência do Estado porque era computado a parte; o senhor presidente disse que tinham grandes gastos na Secretaria de Negócios Jurídicos e já foi falado lá que dizia a respeito dos precatórios; perguntou se iriam conseguir cumprir com aqueles precatórios e quais eram os principais para quitar; a senhora Secretária disse que já haviam quitados os precatórios no exercício de dois mil e vinte e um e na Secretaria de Negócios Jurídicos o valor estava empenhado, liquidado e pago, inclusive no primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e um e que os valores que chegavam era os pequenos mensais e que o maior que passava de dez milhões foi pago em abril, que dizia respeito a uma empresa de lixo, EPPO; o senhor Francisco perguntou se era somente de dois mil e vinte e um aquele valor e a senhora Elisanita disse que sim; disse que no começo do exercício eles faziam uma avaliação e que tinha um valor já pré destinado no orçamento que tinha de deixar o valor para que pudesse ser pago até trinta e um de dezembro; explicou que se o precatório realizado não daria o valor financeiro do banco, tinha de pagar, porque saía mais econômico do que pagar no final do exercício e foi o que aconteceu; o senhor Francisco disse que gostaria de fazer um destaque nos valores de precatórios e a senhora Secretária disse que tinha uma parte trabalhista e uma parte cível; o senhor presidente que eram quinze milhões e oitocentos o previsto para aquela Secretaria e a média mensal daria em torno de um milhão e trezentos, o que tinham visto realizado era um milhão e novecentos, então houve dúvidas; a senhora Secretária disse que era por conta do precatório e já foi quitado e a tendência era diminuir a média; o precatório que chegou para eles até trinta e um de julho do ano corrente estava inserido para o exercício de dois mil e vinte e dois; o que chegaria a partir de primeiro de agosto e quem controlava era a Secretaria de Negócios Jurídicos, entraria no Orçamento de dois mil e vinte e três e não haveriam surpresas; a seguir, fez uso da palavra o senhor Walter Luis Tozzi de Camargo, cumprimentando a todos, perguntando à Secretária como ela avaliaria a retomada da economia do Município no período pandêmico, na saída desse



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

período, comparando com a relação das despesas que aumentaram; a senhora Secretária disse que a retomada econômica os surpreendeu, que no começo de fevereiro era menor do que no começo da pandemia e que tinha retomado com força e previam um excesso de arrecadação do ICMS pouco mais de dez milhões coma retomada da economia, o que era muito bom de saber; disse que foram aplicados quarenta e cinco milhões a mais do que o mínimo constitucional no hospital municipal e mesmo assim, conseguiram ter o Município equilibrado; na Assistência Social, era significativo o numero de famílias que aumentou na pandemia, pela retomada recente das aulas presenciais, disse que não teriam a totalidade do custo com ensino, como teriam em outro momento, senão pandemia; os gastos cresceram significativamente, e a retomada da economia surpreendeu a todos; falou sobre o relatório que estava com ela sobre a questão das adesões dos parcelamentos que também os surpreendeu e estavam fazendo cobranças amigáveis, com um retorno muito significativo, tiveram até aquele momento um pouco mais de um milhão e seiscentos mil recebidos, de vinte e dois de junho a trinta de agosto, a vista foi um milhão duzentos e cinquenta e dois mil e tinham quatrocentos e oito mil parcelados, um resultado muito significativo para eles; disse que não desmontaram o hospital de campanha por conta da variante, mas acreditavam que a tendência era melhorar e seguir uma vida normal; o senhor Walter Luis Tozzi de Camargo perguntou sobre o índice aplicado o IGPM, na hora de fazer o calculo do parcelamento da dívida; perguntou se fizesse alguma alteração em lei ou de código, se ela retroagia ao período da incidência da dívida em tributário; a senhora Secretária disse que o IGPM estava muito alto e mudaram a correção do tributo para o IPCA porque ela crescia muito sendo atualizado pelo IGPM e não existia lei para retroagir na época da dívida; o senhor Walter falou sobre a discussão na ultima audiência, sobre apresentação de atas da Mobilidade Urbana e se aquilo já tinha sido efetivada e se havia alguma proposta da SAF sobre investimento no Município e se tinham instrumentos financeiros para tapa buracos e também para saneamentos básicos, pela estiagem grave, se tinham alguma medida financeira e com relação a JAGUARPREV como estava o balanço daquilo; o senhor presidente acrescentou também sobre a questão das queimadas se já tinha aquilo previsto naquele sentido, por parte das Secretarias responsáveis, em relação àquilo; a senhora Secretária disse que o Secretario de Mobilidade Urbana encaminhou as atas em um processo só e ela pediu a ele para elencar os mais necessários e ela passou um valor a ele para estar fazendo as solicitações: sobre os semáforos disse que acreditava conseguir colocar em ata e depois ir liberando conforme a necessidade; a questão das multas de transito receberam trezentos e dezessete mil naquele exercício e as despesas somaram pouco mais de hum



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

milhão, então aplicaram setecentos e sessenta mil a mais das multas de trânsito; estavam encerrando a licitação dos radares; nas vias públicas e tapa buracos, poderiam investir com mais segurança no momento covid, porque a pessoa preferia ver um buraco na frente da casa dela do que ver um familiar precisando de hospital e não ter atendimento, então estavam retomando; a Secretaria havia encaminhado para eles a taxa das vias públicas e era um valor significativo que eles passaram para a frente, porque não precisavam ter orçamento, iam encaminhando conforme a necessidade, a ata de conservação de vias públicas estava vigente; o saneamento básico tinha a ETA estava sendo construída e ela não conseguia precisar quando estaria pronta; lembrou que mudaram a lei do FINISA naqueles quinze milhões que poderia ser na questão do saneamento básico; o prefeito mandou estarem fazendo todos os projetos sobre saneamento, com o recurso do FINISA, na questão de falta de água a Secretaria de Meio Ambiente estava tomando as providências; a questão das queimadas, colocaram algumas coisas a mais para orçamento de dois mil e vinte e dois; disse que teriam um reforço do Governo do Estado para convenio, que seria um grande avanço para o Município; falou que o JAGUARPREV estava superavitário; disse que atualmente o JAGUARPREV pagava somente as aposentadorias e pensões e a prefeitura pagava o auxílio doença; disse também que ela achava que o vereador se referia aos catorze por cento, da reforma previdenciária e que ela não foi aplicada para os funcionários, o desconto de catorze por cento, mas foi automaticamente aplicado para o município, o pagamento do auxílio doença e a despesa da JAGUARPREV diminuiu; o déficit atuarial em dois mil e vinte e dois seria por volta de mais de dez milhões, e tinha uma dotação vinculada na Secretaria de Administração e Finanças, e lembrou que toda dívida do Município era paga por aquela Secretaria, e que ela e o Valdir faziam parte da Comissão de Administração; a seguir, fez uso da palavra o senhor Silvio Luiz Telles de Menezes depois de cumprimentar a todos, perguntou o valor anual previsto para a Secretaria de Segurança Pública e quanto já tinha sido utilizado mês a mês; a senhora Secretária respondeu que no ano de dois mil e vinte e um tinha orçado dezoito milhões, novecentos e noventa e quatro mil reais, mensal de um milhão quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos e de janeiro a agosto foi realizado treze milhões, quatrocentos e dez mil, cento e dezenove reais e dezessete centavos e mensalmente um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos, gastando mais do que o orçado; a Secretária disse que na Secretaria de Segurança a Fernanda controlada a parte da Defesa Civil e a Daniela a parte da Guarda municipal e o maior custo era com a folha de pagamento; explicou que causas da pandemia elevaram bastante a demanda da Secretaria; o senhor



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Menezes perguntou se existia valor para investimento na Instituição; explicando as deficiências da Secretaria de Segurança, inclusive a falta de papel toalha para enxugar as mãos, principalmente em tempos de pandemia; a senhora Secretária disse que houve um problema com a Ata da compra do papel toalha, por conta da demanda e aumento significativo e precisaram fazer uma compra fora da Ata; o senhor Menezes perguntou se era muito demorado fazer uma Ata e o pagamento; a Secretária explicou que tinham caminhos específicos para a execução e aplicação da ata e que na questão de investimento estavam adquirindo as armas, uniformes, coletes; era a questão da coerência para saber das prioridades e estavam falando da questão de vidas; o senhor Silvio disse que a munição tinha prazo de validade de seis meses e deveriam ser trocadas; em seguida, o senhor Francisco de Souza Campos pediu para que a senhora Secretária pudesse auxiliar no que fosse possível a Secretaria de Mobilidade Urbana para que não ficasse aquele vai e vem de processos; a Secretária disse que não conseguia dizer o que já havia passado por ela na totalidade e que o semáforo ainda não tinha sido feita a Ata e ela pediu ao Secretário para verificar no Jurídico se daria para fazer porque algumas despesas conseguiam fazer através de ata e outras através de contratos e ele tinha de precisar valores par licitar; a seguir, o senhor Francisco disse que a prefeitura tinha mais de quarenta milhões de receita mensal, e tinha previsto quase trinta e cinco milhões, que dava um percentual de quinze por cento a mais do que estava previsto; perguntou se aquilo tinha algum motivo; a Secretaria disse que aumentou o ICMS o repasse do FUNDEB e alguns recursos que chagaram para a pandemia; e tinha dentro daqueles recursos, recursos do Estado e da União vinculados, e o recurso do FINISA na sua totalidade ainda não foi gasto, estava dentro daquele superávit; o senhor Francisco comentou que estavam gastando em torno de quatro por cento a mais/mês do que tinham orçado e perguntou se era feito algum trabalho de acompanhamento com o s Secretários, sobre aquilo e a senhora Secretária disse que sim, que ela antecipou a despesa pagando o precatório, o trabalho era feito diariamente, mensalmente, semanalmente, e ela disse que só poderia autorizar o gasto, quando via que a expectativa aumentava, mas ela era muito rígida para gastos; priorizavam os gastos; em seguida, o senhor Francisco observou que houve uma dívida consolidada, a senhora Secretária disse que era o precatório que fez aquela diferença; em seguida, o senhor presidente disse que tinham oito pessoas os assistindo pelo youtube; a seguir, fez uso da palavra o senhor Valdir Antonio Parisi, cumprimentando a todos dizendo que tinham muitas obras a serem feitas entre recape e asfalto e que o prefeito estava cobrando para sair logo mas que era muito morosa a condição da burocracia; mas estava caminhando; comentou sobre algumas que já estavam sendo feitas e disse que



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

teria continuidade de toda obra que parou; falou do recape em andamento da Avenida Antonio Pinto Catão, a Avenida Luciano Poltronieri; falou das verbas em licitação e que tudo estava caminhando e quando saísse teriam a cidade em ordem; falou sobre as obras das ruas do Bairro Berlim e da Nova Jaguariúna; e que eram pras que passavam por varas Secretarias e que as verbas federais e estaduais ainda tinham de sofrer a aprovação da Caixa; falou do gran floride até a nova Rodoviária, perto da SKy, que iria fazer toda a vicinal; falou do trevo do Duas Marias que estavam trabalhando há dois anos nele e tinham burocracias que entravavam as obras; achava que mais uns quine dias deveriam licitar aquela obras; sobre o FINISA disse que a empresa deixou a obra mas retomaram e iam finalizar a obra de qualquer maneira e no próximo dia vinte e sete assinava a nova empresa para a ciclovía e depois assinava para a passarela; estavam retomando e iriam dar continuidade para terminar; falou sobre o convênio que tinham seiscentos e quarenta e cinco municípios e todos queriam dinheiro para suas cidade, mas o Governo do Estado fazia uma parceria; falou dos projetos Desenvolve Município e Nossa Rua; explanou sobre as parcerias para esses projetos e disse que eles conseguiram cadastrar a cidade inteira, mas que seria uma parceira meio a meio, Município e Estado; disse que o prefeito estava muito alinhado com o Governo do Estado e ele confiava que daria certo; disse que tiveram uma contrapartida que já estavam liberando dois semáforos o do mercado; o senhor presidente lembrou que por aquelas razões era muito bom a população participar de audiências publicas, porque o Valdir levava informações importantes; o senhor Valdir disse que era prioridade do senhor prefeito a questão das casas, que deveria começar logo, mas tinha a burocracia de papelada e deveria logo aquele convenio que o prefeito estava brigando de novas casas e que os apartamentos já estavam definidos que iriam sair, mas queriam mais casas; o senhor presidente agradeceu a todos, parabenizou pelo trabalho de todos; o senhor Francisco questionou ao senhor Valdir se ele já havia recebido algum tipo de solicitação para aumentar o quadro de pessoal nas licitações para agilizar os processos; a Secretária disse que o Departamento de Licitações estava com ela, na Secretaria dela e o problema não era a questão da licitação, mas sim o processo como chegava, ele tinha de ter um início correto, o termo de referencia bem definido, as coisas concretas dentro do termo de referencia, a pessoas tinha de saber realmente solicitar aquilo que ela necessitava; explicou a burocracia do processo e disse que não era questão de funcionário e mesmo tendo um quadro reduzido a lei um sete três não permitia contratação; o senhor Valdir disse que a demanda todos queriam mas tinham de trabalhar com Governo enxuto, mas que tinham sim toda burocracia, e que a coisa pública era morosa mas tudo feito na legalidade, com todos os procedimentos



# Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

necessários; a seguir, o senhor presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e perguntou se tinha alguém que gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo, deu por encerrada aquela Audiência Pública de Metas Fiscais, naquele dia vinte e tres de setembro de dois mil e vinte e um. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

**Vereador Erivelton Marcos Proêncio**  
Presidente

**Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz**  
Vice-Presidente

**Vereador Francisco de Souza Campos**  
Secretário